



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 131/2022

A Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – COPEL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade **PREGÃO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com as normas e condições estabelecidas neste edital, aprovado por Parecer Jurídico da PROGER, do processo administrativo nº 1549/2022 da Secretaria Municipal de Saúde.

1. REGÊNCIA LEGAL

Lei Federal 10.520/02;

Lei Federal 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente;

Decreto Federal 5.450/2005;

Decreto Federal 10.024/2019

Lei Complementar nº 123/06, alterada pela LC nº 147/2014.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET –, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Comprasnet mobile”, constante da página eletrônica da Comprasnet, coordenador do sistema.

3. OBJETO

3.1. Contratação de seguradora para o veículo ambulância pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

4.1. Recebimento das propostas a partir do dia: **26/09/2022 até dia 08/09/2022 (horário de Brasília);**

4.2. Início da sessão de disputa de preços: **08/09/2022, às 09:00 h (horário de Brasília);**

4.3. Sítio: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

4.4. O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa;

4.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** – e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

4.6. Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas pelo e-mail: licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos previstos no orçamento para o exercício de 2022, na seguinte dotação orçamentária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Unidade Gestora: 03.03.50 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Ação: 2277 - Gestão dos Programas da MAC - Média e Alta Complexidade;

Elemento da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 002 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - SAÚDE 15%.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do Pregão os interessados que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos e pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado;

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

6.3. Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;

6.4. Estejam sob falência ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, salvo se demonstrarem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica;

6.5. Reunidos sob forma de consórcio;

6.6. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Procuradoria Geral do Município - PROGER –, ou ainda penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei Federal 8.666/93;

6.7. Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, art. 9º, da Lei Federal 8.666/93;

6.8. Tenham funcionário ou membro da Administração Municipal, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista, detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico, consoante art. 9º da Lei Federal 8.666/93.

7. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO COMPRASNET MOBILE

7.1. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar credenciados perante o Comprasnet, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico;

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível;

7.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma, reconhecida atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sítio Comprasnet;

7.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direito, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.5. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Comprasnet, devidamente justificado;

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Comprasnet a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.



8. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horários limites estabelecidos;
- 8.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>;
- 8.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão;
- 8.4. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento e implicará a plena aceitação por parte da proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- 8.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 8.6. Nenhum documento comprobatório de habilitação poderá ser suprido após a fase de lances. Devendo o licitante inserir os documentos comprobatórios de habilitação no momento em que apresentar a Proposta de Preço inicial.

9. PROCEDIMENTOS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a verificar a conformidade entre a proposta e o valor estimado para a contratação com base no preço máximo admitido pela Administração;
- 9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente registrado no sistema;
- 9.3. Iniciada a disputa, cada licitante poderá encaminhar lances sucessivos, desde que cada novo lance seja no mínimo **estipulado pelo sistema** inferior ao seu último lance exclusivamente por meio eletrônico, cujo sistema informará, imediatamente, o valor e horário do registro;
- 9.3.1. Os lances formulados deverão indicar Preço Total do ITEM;
- 9.4. Serão aceitos lances com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado, nos termos do item 9.3, e diferente de qualquer lance válido para o ITEM;
- 9.5. O sistema não aceitará lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, conforme art. 24 §§ 3º e 4º do Decreto Federal nº 5.450/2005;
- 9.6. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 9.7. Para as microempresas e empresas de pequeno porte serão adotados os procedimentos previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, onde é assegurada como critério de desempate preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Para usufruir desse benefício legal, a empresa deverá a qualquer instante poder comprovar que se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 9.8. Os licitantes deverão observar os Artigos da Lei Complementar 123/06, especificamente os artigos 3º, 42, 44 e 45;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 9.9. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 9.10. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes;
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 9.12. O tempo normal de disputa do ITEM será controlado pelo Pregoeiro, e o tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos, será determinado pelo sistema eletrônico;
- 9.13. Após o encerramento da disputa o sistema informará imediatamente o nome do licitante detentor do menor preço ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro acerca de sua aceitação;
- 9.13.1. Neste momento, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta, pelo sistema eletrônico, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço;
- 9.14. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;
- 9.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. O Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
- 9.16. Depois de finalizado cada item, os licitantes poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via sistema eletrônico, acessando a sequência para cada ITEM disputado, que serão respondidos pelo Pregoeiro acessando a mesma sequência;
- 9.17. Esta opção estará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar o licitante vencedor do item;
- 9.18. Após ser declarado arrematante, seja depois de encerrada a etapa de lances da sessão pública ou a qualquer tempo com a desclassificação do arrematante anterior, o licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar proposta de preços escrita, planilhas, catálogos e especificações detalhadas do objeto ofertado, na forma do item **10 – PROPOSTA DE PREÇOS**, e comprovar a situação de regularidade, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**;
- 9.19. Finda a fase de lances, caso haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha apresentado lance 5% (cinco por cento) superior ao do LICITANTE melhor classificado, desde que este também não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, lhe será dada oportunidade de, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, ofertar nova proposta, que deverá ser inferior a proposta inicial do LICITANTE mais bem classificado, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/14;
- 9.20. Será desclassificada a proposta de preços ou inabilitado o licitante que descumprir o prazo estabelecido no item anterior, devendo o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação;
- 9.21. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 deste Edital;
- 9.22. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta de menor preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços prevista no Edital deverá ser encaminhada em *formulário eletrônico* específico, mediante a opção na página inicial do site <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, observados data e horários limites estabelecidos no item 4;

10.2. O preço máximo admitido pela Prefeitura Municipal de Paulo Afonso para todos os itens será de **R\$ 17.239,15 (dezesete mil, duzentos e trinta e nove reais e quinze centavos)**.

10.3. Encerrada a disputa, o licitante vencedor deverá encaminhar a Proposta de Preços apresentada na forma do **Anexo II**, deste ato convocatório, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando obrigatoriamente:

10.3.1. Razão Social, CNPJ, Endereço, CEP, Telefone/Fax e pessoa de contato;

Especificações e demais condições do serviço objeto deste Edital;

10.3.2. Preço unitário e o global correspondente ao valor total dos serviços, atualizados conforme lances eventualmente ofertados;

10.3.3. Prazo de validade comercial da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos da data de apresentação;

10.3.4. Informações adicionais deverão constar, obrigatoriamente, no campo “Informações Adicionais” do formulário proposta do sistema eletrônico e na proposta escrita;

10.5. A licitante vencedora deverá apresentar junto à proposta de preços:

10.5.1. Dados da conta bancária, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;

10.6. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei;

10.7. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, observando a simplificação das obrigações administrativas e tributárias das microempresas, de acordo com o art. 170, inciso IX, c/c 179, CF/88;

10.8. A descrição dos itens na Proposta de Preço fornecida pela plataforma COMPRASNET é meramente exemplificativa, tendo o licitante total conhecimento de que as propostas de preço deverão obedecer as descrições detalhadas de cada item de acordo com o ANEXO II “Proposta de Preço” deste edital.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital;

11.2. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.2.1. Habilitação Jurídica

11.2.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Podendo ser suprido pelos dados fornecidos no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores).

11.2.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.1.4. **Anexo VII** devidamente preenchido referente ao Modelo de Declaração de Anuência aos Termos do Edital.

11.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.3.1. Prova de regularidade com as fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante;

11.3.2. Certidão Federal;

11.3.3. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – CNPJ;

11.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação / CRF;

11.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

11.3.6. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal será exigida, porém, caso haja alguma restrição, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006;

11.3.7. Para usufruir desse benefício legal, deverá a empresa comprovar que se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1. O Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

11.4.2. Demonstração do Resultado do Exercício relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;

11.4.3. Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de Balanço, na forma da Lei 6.404/76, cópias da publicação de:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração do Resultado do Exercício;
- III. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC;
- IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- V. Notas Explicativas do Balanço.

11.4.4. Patrimônio Líquido mínimo para o quantitativo de itens, será no mínimo de 10% do respectivo valor;

11.4.5. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;

Parágrafo Único. A LICITANTE que esteja em processo de recuperação judicial poderá ser dispensada da apresentação da certidão referida neste item, na forma do item 6.2.2.do Edital;

11.4.6. Declaração assinada pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme **Anexo III** do edital;

11.4.7. As Certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição;

11.4.8. A apresentação, facultativa, do CRC – Certificado de Registro Cadastral, válido, emitido pela Comissão Permanente de Licitação substituirá os documentos solicitados nos subitens 11.3. deste edital;

11.4.9. As certidões indicadas no CRC deverão estar válidas até a data de abertura desta licitação;

11.4.10. Caso alguma certidão esteja vencida no CRC poderá o licitante apresentá-la à Comissão quando solicitado;

11.4.11. As licitantes que optarem pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral, de que trata o item anterior, são obrigados a apresentar Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste Edital.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.5.1. As empresas participantes do certame devem apresentar:

11.5.1.1. Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória serviço com características pertinentes e compatíveis com as exigidas com o **Anexo I – Termo de Referência** – do presente processo;

11.5.1.2. Não serão considerados atestados de capacidade técnica os emitidos por pessoas jurídicas integrantes dos mesmos grupos comerciais, industriais ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a proponente;

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para julgamento será adotado o critério de **menor preço por ITEM**;

12.2. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências e condições deste edital;

12.3. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em 1º (primeiro) lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste instrumento, apresente **o menor preço por ITEM** como especificado no objeto;

12.4. Havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances, se for o caso, o Pregoeiro procederá ao desempate, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;

12.5. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pelo pregoeiro, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta;

12.6. Para classificação de aceitabilidade da proposta, será adotado o critério do menor preço por item, observados os artigos 44 e 45 da lei complementar nº 123/2006, bem como os requisitos e as especificações definidos no anexo I do Edital.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

recurso;

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

14.1. Até o 2º (segundo) dia útil até às 13h (expediente), antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o instrumento convocatório do Pregão, através do e-mail:licitacoes@pauloafonso.ba.gov.br;

14.2. Os recursos serão julgados pelo Pregoeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

14.3. Até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação do vencedor da licitação, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, devendo encaminhar memorial do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista imediata dos autos solicitados no endereço de e-mail constante do subitem 14.1;

14.4. O licitante desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso na fase mencionada no item 14.3;

14.5. A falta de manifestação motivada após a divulgação do vencedor da licitação importará a preclusão do direito de recurso;

14.5.1. O licitante deverá estar atento à divulgação do vencedor.

14.6. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

14.7. Os recursos contra decisões do Pregoeiro, em regra, terão efeitos suspensivos, sendo este restrito ao objeto das razões oferecidas;

14.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.9. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser apresentados via COMPRASNET, para COPEL que deverá receber, examinar e submeter à autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência;

14.10. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via e-mail;

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Setor de Licitações na Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro, Paulo Afonso/BA, tel: (75) 3281-3011, Ramal 224, CEP: 48.608-901, ou solicitados via correio eletrônico.

15. INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Secretaria Municipal de Saúde firmará contrato específico com o proponente vencedor visando à execução do objeto desta licitação, nos termos do **ANEXO VI**, integrante deste Edital;

15.2. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo órgão licitante;

15.3. O não cumprimento do prazo disposto no subitem anterior sujeitará o adjudicatário às penalidades deliberadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

no item 17 desde Edital;

15.4. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

15.5. O contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitida a sua prorrogação, sempre por meio de Aditivo, nos termos do art.57, observado também o quanto dispõe o art. 65, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

15.6. O futuro contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração;

15.7. No ato da contratação, o proponente vencedor deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa;

15.8. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, na forma dos §§ 1.º e 2.º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento devido à Contratada será efetuado mediante entrega, através de boleto bancário parcelado em 03 (três) parcelas, pela Secretaria Municipal da Saúde, no prazo, valor e condições estabelecidas no processo, o primeiro boleto com vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da apólice atestada pelo gestor do contrato e secretário de saúde, não sendo admitida outra forma de pagamento.

16.2. O pagamento devido somente será realizado após o atesto do adimplemento da obrigação da **CONTRATADA** pela Fiscalização do Contrato;

16.3. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

17. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas ou execução imperfeita, mora na execução ou cometimento de infrações sujeitará às LICITANTES no que couber e à CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades previstas na Lei nº. 10.520/02, Decreto nº 15.984/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019 em sua atual redação e, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, garantidos a ampla defesa e o contraditório constitucional, em processo administrativo, nas situações a seguir:

I – Advertência;

II – Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou no contrato;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos; III – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;

17.2. Sem prejuízos das hipóteses de incidências descritas nos instrumentos editalício e contratual, após processo administrativo conclusivo, serão aplicadas as penalidades previstas neste artigo à LICITANTE/CONTRATADA nos seguintes casos:

17.3. Sanções Administrativas

17.3.1. Se o proponente vencedor se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato ou não apresentar situação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

regular no ato da assinatura do Contrato, estará sujeito às sanções do art. 81 e 108 da Lei Federal nº 8666/1993;

17.3.2. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, erros de execução, demora na entrega dos serviços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as seguintes sanções:

17.4. Advertência por escrito;

17.4.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação quando o inadimplemento ensejar a rescisão do contrato;

17.4.2. Suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

17.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.4.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada;

17.4.5. As sanções previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade podem ser aplicadas juntamente com as sanções de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.4.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar é de competência exclusiva do Secretário de Gestão, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

17.4.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente;

17.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores municipal e, no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato no edital e seus anexos e demais cominações legais;

17.4.9. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas;

17.4.10. Aplicar-se-á advertência por faltas consideradas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

§ 1º. As penalidades previstas neste artigo são de competência exclusiva do titular da Procuradoria Geral do Município – PROGER, permitida a delegação para sanção prevista no inciso I deste artigo;

§ 2º. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, impedirá a pessoa física ou jurídica de participar de outras licitações ou contratações, enquanto perdurarem os motivos determinantes da aplicação ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a LICITANTE ou a CONTRATADA ressarcirem a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 17.2;

a) Não manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições e normas técnicas para a perfeita execução dos serviços ora contratados: multa de 3% (três por cento) do valor da fatura;

§ 3º. Sem prejuízos das hipóteses de incidências descritas nos instrumentos editalício e contratual, após processo administrativo conclusivo, serão aplicadas as penalidades previstas neste artigo à CONTRATADA nos seguintes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

casos:

- a) Não atender às especificações técnicas relativas a serviços previstos no edital, contrato ou equivalente: multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou empenho, além de suspensão temporária de 12 (doze) meses;
- b) Paralisar serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal;

17.5. Sanções Administrativas:

- a) Será aplicada multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor a ser pago no mês correspondente, por manter empregado sem qualificação para executar os serviços solicitados;
- b) Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, não substituir imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços contratados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou que venha a transgredir as Normas Disciplinares da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, acumular 3 (três) advertências no período de 6 (seis) meses;
- d) Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, deixar de realizar transferência completa dos conhecimentos empregados na realização dos serviços contratados;
- e) Multa de até 10% (dez por cento) no mês de correspondência, por suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados;
- f) Multa de até 10% (dez por cento) no mês de correspondência, ausência do preposto no local de trabalho durante horário de expediente;
- g) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, acumular 5 (cinco) advertências no período de 12 (doze) meses;
- h) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, não efetuar pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do Contrato;
- i) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, deixar de realizar transição plena do Contrato, com total transferência de conhecimento;
- j) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, na hipótese de descumprimento da Garantia dos serviços;
- g) Multa de até 20% (vinte por cento) a ser no mês correspondente, na hipótese de rescisão por inexecução total do Contrato;

§ 4º As multas aplicadas, nos termos das alíneas dos §§ 1º, 2º e Sanções Administrativas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução dos serviços, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do CONTRATANTE.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O Gestor do Contrato será o Sr. **Sílvio de Jesus Silva**;

18.2. A fiscalização da execução do serviço objeto deste Contrato será feita por 01 (um) Fiscal Técnico, servidor



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

18.3. A CONTRATADA será responsável pelo transporte de todo o material e mão-de-obra que serão executados na realização do serviço;

18.4. A CONTRATADA afastará de imediato das dependências da Secretaria Municipal de Saúde, qualquer funcionário cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios a boa execução do serviço;

18.5. A CONTRATADA deverá aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE;

18.6. A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias;

18.7. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do CONTRATANTE não exime nem reduz a total responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento dos seus encargos em toda execução do serviço objeto do presente contrato;

18.8. A fiscalização do CONTRATANTE deverá acusar a falta de atendimento às solicitações por parte da CONTRATADA, bem como o atendimento inadequado, incompleto e/ou retardatário, notificando-a para que proceda à imediata regularização, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas nesse contrato;

18.9. Não obstante a Empresa CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, o Município de Paulo Afonso/BA, por meio da Secretaria Municipal De Saúde, reserva-se o direito de, sem que a qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre essa execução, diretamente, pelo preposto especialmente designado.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Ao participar da licitação a licitante declara sob as penalidades da Lei a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e entre os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente;

19.2. A presente licitação não importa necessariamente contratação, podendo a Comissão Permanente de Licitação revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

19.3. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis;

19.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

19.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.6. Poderão ser admitidos, pelo Pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração;

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta;

19.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município;

19.10. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro e Comissão de Licitação com base na legislação vigente;

19.11. Fica designado Foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.12. Dados complementares referentes à habilitação poderão ser supridos na plataforma SICAF, desde que apresentados até o momento da abertura da sessão.

19.13. Os anexos ao edital deverão ser apresentados impreterivelmente ao ser solicitado pelo pregoeiro, devendo o licitante ser sancionado de acordo com o subitem 17, caso não o faça.

20. Anexos do Edital

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de proposta de Preço;

Anexo III -Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da C.F;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo V – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

Anexo VI – Minuta de Contrato;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Anuência aos Termos do Edital.

Paulo Afonso , 26 de Agosto de 2022

Wendel Cordeiro Marques
Pregoeiro da COPEL, em exercício



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a CONTRATAÇÃO de seguradora para o veículo ambulância pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas nesse TR.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Trata-se a contratação de seguradora para a ambulância da Secretaria Municipal de Saúde considerando que é ***um condicionante imposto pelo Ministério da Saúde para recebimento do incentivo financeiro para custeio das despesas do programa***, surgindo à necessidade de manutenção do mesmo para assegurar as qualificações necessárias de funcionamento do programa.

3. ESPECIFICAÇÕES

- 3.1. Os seguros devem ter cobertura para casco, danos materiais, danos corporais, danos em peças (vidros, retrovisores, lanternas e faróis), assistência 24h e acessórios.
- 3.2. A cobertura compreenderá mais detalhadamente:
 - 3.2.1 Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
 - 3.2.2 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
 - 3.2.3 Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
 - 3.2.4 Queda em precipícios ou pontes;
 - 3.2.5 Queda de agentes externos sobre o veículo;
 - 3.2.6 Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
 - 3.2.7 Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
 - 3.2.8 Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
 - 3.2.9 Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
 - 3.2.10 Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
 - 3.2.11 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
 - 3.2.12 Atos involuntários praticados por terceiros;
 - 3.2.13 Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
 - 3.2.14 Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
 - 3.2.15 Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
 - 3.2.16 Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	QUANT.		PORTO SEGURO
Veículo Renault Master Furgão L1H1 MNPA – Ano/modelo 2021/2022 - Ambulância – Placa: RPA6F54	1		R\$ 17.239,15
TOTAL R\$ 17.239,15			

4. ESTIMATIVA DE CUSTO

- 4.1. Foi utilizada na estimativa do preço por meio de cotação de empresas especializada conforme anexo;
- 4.2. A presente despesa está estimada em **R\$ 17.239,15 (dezessete mil, duzentos e trinta e nove reais e quinze centavos)**.
- 4.3. No preço de que trata esta Cláusula estão inclusos todos os tributos e contribuições, tais como impostos, fretes, embalagens, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais e outras despesas de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta e indireta do presente ou que venham incidir sobre o objeto deste termo.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para atender essa contratação estão programadas em dotação orçamentária de recurso próprio, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 03.03.50 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2277 - Gestão dos Programas da MAC - Média e Alta Complexidade
Elemento da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 002 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos – SAÚDE 15%

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA APÓLICE

6.1 O contrato gerado a partir deste Termo de Referência terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da administração, até o limite de permissibilidade conferida na Lei nº 8.666/1993.

- 6.1.1 Haja autorização formal da autoridade competente;
- 6.1.2 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 6.1.3 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 6.1.4 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 6.1.5 A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

6.2 A apólice terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Instrumento Contratual.

6.3 Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;

6.4 A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica;

7. EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1 O recebimento do objeto desta contratação será realizado nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.2 A apólice deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.

7.3 A apólice deverá ser entregue no DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE de segunda a sexta-feira no horário das 07hs Às 12hs. Qualquer dúvida para maiores esclarecimentos procurar ao Sr. Sílvio de Jesus Silva, gestor do contrato, ou pelo fone (75) 3281-5124 ou (75) 98848-6675.

7.4 Na formulação de preços deverá ser levado em conta que os veículos objeto deste Termo de Referência, de regra, pernoitam e permanecem durante os finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardadas por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

8.3 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro assim que tenha conhecimento;

8.4 Providenciar o Registro de Ocorrência junto aos Órgãos competentes de Trânsito, em casos de sinistros;

8.5 Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

8.6 Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial, do veículo segurado;

8.7 Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos no veículo segurado;

8.8 Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Contrato;

8.9 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

8.10 Informar à Contratada nome e telefone do gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;

8.11 Assegurar - se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para a Secretaria Municipal de Saúde;

8.12 Estando o objeto de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência.;

8.13 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;

8.14 Zelar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 CONTRATADA se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

9.2 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.

9.3 Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

9.4 A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral.

9.5 As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas na Instrução Normativa nº 03, de 28 de abril de 2014, da Diretoria Geral do TRF5, publicada no Diário Eletrônico Administrativo do TRF da 5ª Região nº 77.0/2014, do dia 29 de abril de 2014.

9.6 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

encargos ou serviços que são de sua competência.

9.7 Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

9.8 Indicar um preposto que possa ser encontrado mediante contato telefônico durante horário comercial, com competência, para tomar decisões em nome da empresa Contratada no que disser respeito aos assuntos relacionados à execução do contrato a ser firmado;

9.9 Manter, durante toda a vigência e execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no edital, sob pena de suspensão dos pagamentos até a devida regularização;

9.10 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou da elaboração, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado pela contratante;

9.11 Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pela Contratante;

9.12 Emitir Nota Fiscal de Serviços mediante entrega da apólice solicitada pela Contratante, onde será efetuado pagamento conforme cláusula do contrato firmado.

9.13 A Contratada deverá anexar à nota fiscal os seguintes documentos: certidões (federal, municipal, estadual, trabalhista, FGTS [jurídico] e certidão municipal de pessoa física do responsável da empresa); cópia do contrato; aditivos (quando houver); autorização de compras/serviços; planilha contendo a relação dos serviços prestados (quando for serviço).

10. PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002 e nos artigos 77 a 80, 86 e 87 da Lei 8.666/93, garantindo sempre a ampla defesa e o contraditório;

10.2. Se a Contratada incidir nas condutas previstas na Lei Federal 10.520/2002, o Contratante poderá garantir prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- ✓ Advertência
- ✓ Multa;
- ✓ Suspensão; e
- ✓ Declaração de idoneidade.

11. RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, prevista no art. 78 da Lei no 8.666/93.

12. GESTOR DO CONTRATO

12.1 Considerando a necessidade de um representante para cuidar pontualmente do referido contrato, devendo agir de forma proativa e preventiva, com a finalidade de buscar melhor qualidade do serviço contratado pela SESA, fica designado nesse termo à gestão do futuro contrato a ser firmado O Sr. **Sílvio de Jesus Silva, CPF: 617.533275-04** como responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento do contrato firmado.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento devido à Contratada será efetuado de forma parcelada, através de boleto bancário, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

03 (três) parcelas, pela Secretaria Municipal da Saúde, no prazo, valor e condições estabelecidas no processo, o primeiro boleto com vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da apólice atestada pelo gestor do contrato e secretário de saúde, não sendo admitida outra forma de pagamento;

13.2 Fica por conta da Contratada todos os impostos, taxas, com riscos e demais encargos que incidam sobre os mesmos.

13.3 Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível, com todas as certidões necessárias, Xerox de contrato e publicação do diário oficial do município de Paulo Afonso-Ba.

13.4. Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível, com todas as certidões necessárias, xerox de contrato e publicação do diário oficial do município de Paulo Afonso-BA.

13.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

13.6. A Contratante se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação do item executado, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.

13.7. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora.

13.8. Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada à PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO-BA, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informações.

13.9. O pagamento efetuado não isenta a licitante vencedora de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como nome de pessoa indicada para contatos;

14.2 No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser: adiada a abertura da licitação; alteradas as condições do Edital, obedecido ao dispositivo no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

14.3 O Termo de Referência está sendo submetido à aprovação porque estabelece o alinhamento do processo da contratação e foi concebido tanto no âmbito jurídico constitucional, estando intrinsecamente constituído no princípio da Eficiência (art. 37 da CF/88), quanto no jurídico-legal art. 6º, 7º e 10º § 47 do Decreto Lei 200/67 e M.Circ.DPS/CGS nº 04/2014, de 16/01/2014, obedecendo, portanto, o Princípio da Legalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Empresa: _____
2. Endereço: _____ Complemento: _____
3. Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ Telefone: () _____
4. E-mail: _____
5. Nome para contato (preposto): _____
6. Prazo de validade da proposta: Mínimo de 90 (noventa) dias;
7. Objeto: Contratação de seguradora para o veículo ambulância pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

8. CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ
9. Local e data
10. Nome, assinatura, cargo, nº do documento de identificação.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva emprega menores a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz ()

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, _____ de _____ de _____.

(Assinatura e carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Setor de Licitações
Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro, Paulo Afonso/BA tel: (75) 3281-3011, Ramal 224,
CEP: 48.608-901

Em atendimento à determinação do Edital, declaramos sob as penalidades cabíveis, que
inexiste qualquer fato impeditivo da habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na
licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do Representante Legal.

Carteira de Identidade (Nº e Órgão Expedidor)

Endereço

CEP



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** foi elaborada de maneira independente pelo **Licitante**, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **(identificação da licitação)** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da **(identificação da licitação)** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da **(identificação da licitação)** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de **(órgão licitante)** antes da abertura oficial das propostas; e

(f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade - UF, _____ de _____ de _____.

~~(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)~~

Observações: Esta declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O Município de Paulo Afonso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.217.327/0001-24, com sede a Avenida Apolônio Sales, 925, Centro, Paulo Afonso/BA, doravante denominado CONTRATANTE, e neste ato representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ BARBOSA DE DEUS, brasileiro, casado, médico, residente à Rua Engº Marchetti, nº 289, Bairro General Dutra, CHESF, nesta cidade, inscrito no CI nº 825.023 SSP/BA e CPF nº 002.720.355-72, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO AFONSO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.704.475/0001-70, situada na Av. Apolônio Sales, nº 663, casa, Centro, Paulo Afonso/BA e neste ato, representada pelo Secretário Municipal de Saúde, o Sr. ADONEL GOMES DE SÁ JÚNIOR, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, residente na Av. Moxotó, nº 500, Cond. Del Rio, Bairro Moxotó-Ba, nesta cidade CI nº 131174-SSP/BA e CPF nº 683.499.125-53, no uso de suas atribuições e a empresa Individual _____, CNPJ nº _____, estabelecida na _____, nesta cidade, doravante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por _____, resolvem celebrar o presente Contrato, com base no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/____, que se regerá pelas cláusulas e condições aqui estabelecidas e pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de seguradora para o veículo ambulância pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da administração, até o limite de permissibilidade conferida na Lei nº 8.666/1993.

2.2. A apólice deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.

2.3. A apólice deverá ser entregue no DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 12h. Qualquer dúvida para maiores esclarecimentos, procurar o Sr. Sílvio de Jesus Silva, gestor do contrato, ou pelo fone (75) 3281-5124 ou (75) 98848-6675.

2.4. Na formulação de preços deverá ser levado em conta que os veículos objeto deste Termo de Referência, de regra, pernoitam e permanecem durante os finais de semana e feriados em garagem privativa coberta e guardadas por vigilância ostensiva durante 24 horas ininterruptas.

2.5. O recebimento do objeto desta contratação será realizado nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

2.6. Considerando a necessidade de um representante para cuidar pontualmente do referido contrato, devendo agir de forma proativa e preventiva, com a finalidade de buscar a melhor qualidade do serviço contratado pela SESA, fica designada a gestão do contrato ao Sr. Sílvio de Jesus Silva, inscrito no CPF sob o nº 617.533275-04, como responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

Dá-se ao objeto previsto na Cláusula Primeira, o preço total de R\$ xxxxxxxx,xxx (xxxxxxxxxxxxxx)

3.1. A CONTRATADA será paga em moeda corrente no Brasil;

3.2. O pagamento devido à Contratada será efetuado de forma parcelada, através de boleto bancário, em 03 (três) parcelas, pela Secretaria Municipal da Saúde, no prazo, valor e condições estabelecidas no processo, o primeiro boleto com vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da apólice atestada pelo gestor do contrato e secretário de saúde, não sendo admitida outra forma de pagamento.

3.3. O pagamento devido somente será realizado após o atesto do adimplemento da obrigação da CONTRATADA pela Fiscalização do Contrato;

3.4. O processo de liquidação e pagamento do preço contratado deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação pela CONTRATADA do documento de cobrança legalmente exigível;

3.5. O pagamento será limitado aos volumes e montantes financeiros previamente expressos na Ordem de Serviço;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.6. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

3.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito a reajuste de preço.

3.8. Os preços serão firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo se houver prorrogação do Contrato, a Administração poderá aplicar como índice para efeito de cálculo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou qualquer outro índice a ser adotado pelo Governo Federal.

3.9. Porém, ocorrendo desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o comprador poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do artigo 65, inciso II, letra d, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

4.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos previstos no orçamento para o exercício de 2022, na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 03.03.50 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Ação: 2277 - Gestão dos Programas da MAC - Média e Alta Complexidade;

Elemento da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso: 002 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - SAÚDE 15%.

CLÁUSULA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1. Aplicam-se ao presente Contrato, e especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Lei Complementar nº 123/06, alterada pela LC nº 147/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

6.1. Os tributos e demais incidências decorrentes deste Contrato serão de responsabilidade do contribuinte de direito definido na legislação fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

7.1. A **CONTRATADA** é considerada para todos os fins e efeitos jurídicos como única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais utilizados na execução dos serviços objeto do presente Contrato, permanecendo o CONTRATANTE isento de toda e qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, observadas, para tanto, às disposições do art. 77 e demais artigos da Lei nº 8.666/93.

8.1.1. O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.1.2. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe ao contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 na sua atual redação, sem prejuízo das demais cominações legais, em especial a seguinte:

§ 1º. A Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, impedirá a pessoa física ou jurídica de participar de outras licitações ou contratações, enquanto perdurarem os motivos determinantes da aplicação ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Sanções Administrativas:

- a) Será aplicada multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) do valor a ser pago no mês correspondente, por manter empregado sem qualificação para executar os serviços solicitados;
- b) Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, não substituir imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços contratados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou que venha a transgredir as Normas Disciplinares da Secretaria Municipal De Saúde;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, acumular 3 (três) advertências no período de 6 (seis) meses;
- d) Multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês correspondente, deixar de realizar transferência completa dos conhecimentos empregados na realização dos serviços contratados;
- e) Multa de até 10% (dez por cento) no mês de correspondência, por suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados;
- f) Multa de até 10% (dez por cento) no mês de correspondência, ausência no preposto no local de trabalho durante horário de expediente;
- g) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, acumular 5 (cinco) advertências no período de 12 (doze) meses;
- h) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, não efetuar pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do Contrato;
- i) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, deixar de realizar transição plena do Contrato, com total transferência de conhecimento;
- j) Multa de até 10% (dez por cento) ao mês correspondente, na hipótese de descumprimento da Garantia dos serviços;
- k) Multa de até 20% (vinte por cento) a ser no mês correspondente, na hipótese de rescisão por inexecução total do Contrato;

§ 2º. As multas aplicadas, nos termos das Sanções Administrativas, deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução dos serviços, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TÉRMINO DAS OBRIGAÇÕES

10.1. As obrigações aqui contratadas se exaurem, relativamente ao CONTRATANTE, pelo pagamento dos serviços prestados relativamente à CONTRATADA, pela execução e aceitação definitiva do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Saúde – exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços, bem como lançar impugnação escrita ou verbal quando estes forem realizados em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas;

12.2. A CONTRATADA declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE;

12.3. A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá à CONTRATADA as determinações que julgar necessárias;

12.4. A fiscalização por parte do CONTRATANTE não exime nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA no cumprimento dos seus encargos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. O presente Contrato será publicado de forma resumida na Imprensa Oficial às expensas da CONTRATANTE, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1. A presente avença se acha vinculada, para todos efeitos legais, ao Edital de Pregão Eletrônico nº 131/2022 e seus Anexos, referentes ao processo nº 1549/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica designado o foro da Comarca de Paulo Afonso/BA, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.2. E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes contratantes, diante das testemunhas abaixo, o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor.

Paulo Afonso, ____ de ____ de ____.

LUIZ BARBOSA DE DEUS
Prefeito Municipal

Contratada
Secretaria Mun. de _____

TESTEMUNHAS: _____ CPF nº _____

TESTEMUNHAS: _____ CPF nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA AOS TERMOS DO EDITAL

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que tem conhecimento e aceita os termos do Edital e seus anexos e compromete-se a cumprir integralmente as e exigências nele estabelecidas, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade e autenticidade de todos os documentos e informações prestadas pela empresa, prepostos ou procuradores, bem como pela correção e suficiência da proposta apresentada.

Local, _____ de _____ de 2022.

Representante legal

RG nº _____

CPF nº _____